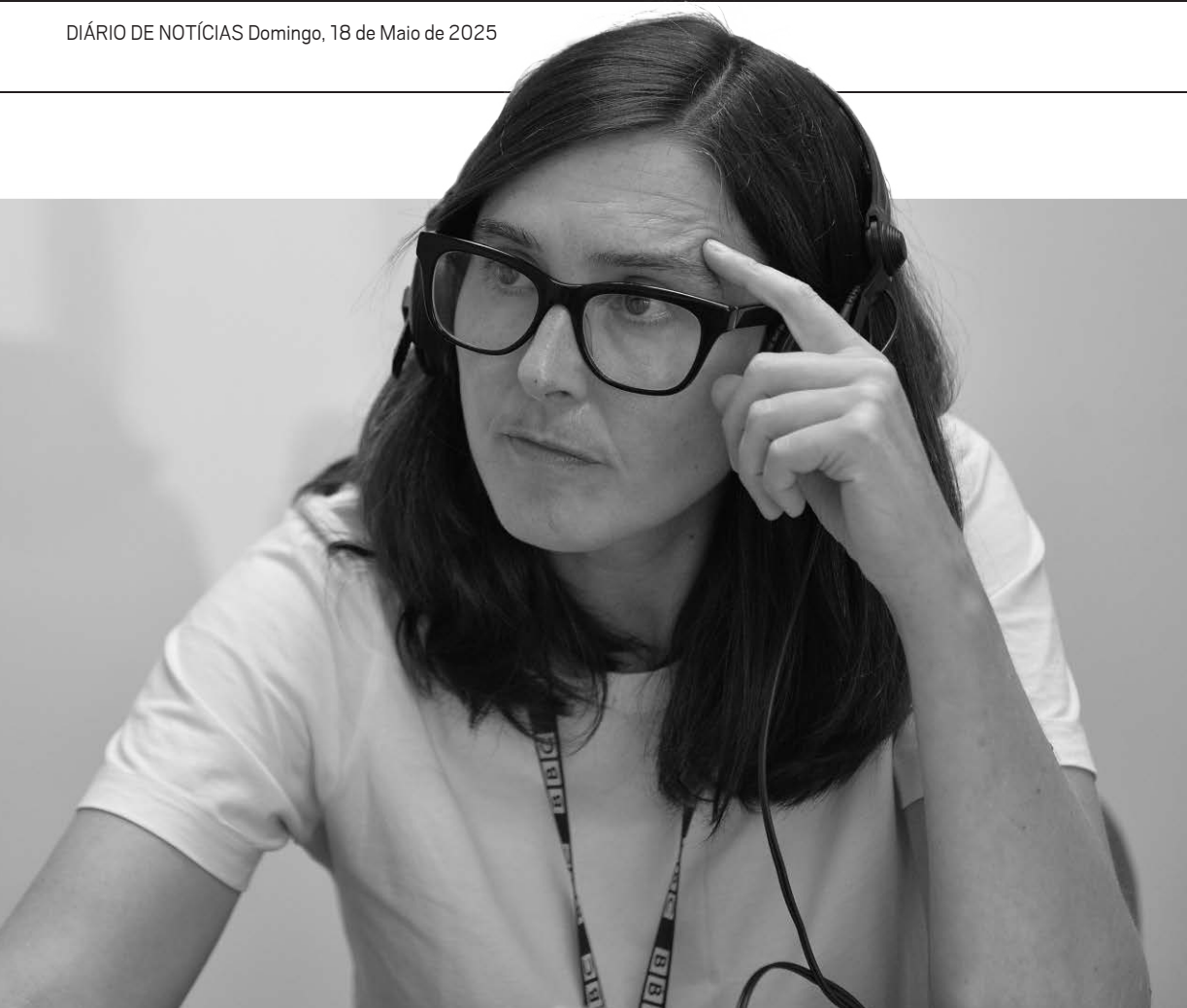




mensões deste flagelo, que lhe daremos a conhecer ao longo das próximas semanas.

O porteiro

Estima-se que, na Madeira, existam entre 120 e 130 pessoas em situação de sem-abrigo. Destes, “70 por cento são consumidores de ‘bloom’ e outras drogas”, evidencia Roberto Aguiar, director da Associação Protectora dos Pobres (APP), o primeiro ponto de paragem da nossa equipa de reportagem.

À entrada somos recebidos por Vítor Macedo, que desempenha a função de ‘porteiro’ da instituição – mais conhecida como ‘sopa do Cardoso’ – há sete anos.

Antes de termos oportunidade de conversar e tomar conhecimento do seu papel, a jornalista britânica segreda-nos a pergunta: “Eles têm segurança numa instituição de solidariedade?”.

A questão é esclarecida por Roberto Aguiar durante uma conversa, no

seu gabinete. Apesar de a abstinência ser condição obrigatória para a admissão no Centro de Acolhimento Nocturno da APP, o responsável reconhece que se torna “muito difícil lidar com diferentes tipos de problemas sociais no mesmo espaço”.

“Às vezes, o conflito está presente, porque as pessoas que consomem essas drogas têm comportamentos que são imprevisíveis (...). Agora de manhã é sossegado, mas, às vezes, há pessoas que vêm aqui ajustar contas com utentes que são consumidores e não lhes pagaram”, relata o director da ‘sopa do Cardoso’ e passa a enumerar alguns exemplos. “São situações residuais, mas também há agressões. Eu já fui perseguido, os porteiros já foram agredidos, já houve situações complicadas, como a introdução de armas brancas [nas instalações da instituição] para ameaçar (...). Uma colega minha já foi agredida com uma barra de ferro”, relembra.

“Sentimos necessidade de ter os

INEXISTÊNCIA DE INSTITUIÇÃO PARA LIDAR COM ADIÇÕES É “UM DOS MAIORES PROBLEMAS”



O ‘bloom’ chegou à Madeira em 2008, disfarçado de fertilizante.

porteiros, para ajudar-nos, de facto, a controlar essas situações”, justifica.

Daqui sobressaem duas questões de fundo. A primeira prende-se, com o potencial devastador das NPS na saúde mental dos consumidores.

“As pessoas perdem completamente o equilíbrio. O único foco que têm na vida é voltar a consumir, porque quando estão a consumir, é algo que lhes dá prazer (...) e fazem tudo para obter [uma dose]. Prostituem-se, roubam, contraem dívidas... Só vivem para aquilo. São pessoas que estão perturbadas, estão descontroladas e julgam que, ao fazer uma ameaça com arma, vão ter aquilo que querem”, expõe Roberto Aguiar e indica que cerca de 30 indivíduos que eram acompanhados pela APP encontram-se presentemente detidos.

Se, por um lado, o director da instituição reforça a necessidade de salvaguardar a segurança dos restantes utentes que recorrem à APP (maioritariamente pessoas com carências económicas), por outro, sublinha a falta de respostas adequadas na Região para acolher toxicodependentes.

“A principal missão desta instituição é atenuar as dificuldades de todas as pessoas que cá vêm. Não somos específicos de um determinado problema social. Um dos maiores problemas cá na Madeira é a inexistência de uma instituição vocacionada para lidar especificamente com este problema [dos consumos]”, sustenta.

Sem lugar no ‘paraíso’

O Centro de Acolhimento Nocturno no Funchal, com 28 camas, faculta um espaço seguro para pernoitar, além de comida e roupa lavada. Este espaço foi ‘desenhado’ para acolher sem-abrigo (homens e mulheres) por um período de até 15 noites, mas “quando as pessoas cumprem as regras, podem ficar muito mais tempo”.

Este tempo torna-se indefinido, quando às questões já mencionadas juntamos duas outras que parecem caminhar de mãos dadas por estes dias: o ‘boom’ do turismo e a crise da habitação.

“O aumento desenfreado do turismo – que às vezes não é assumido – tem sido para nós, na área social, uma das piores situações”, admite Roberto Aguiar.

“É muito difícil integrar estas pessoas [na sociedade]. Há pessoas que estão a dormir no Centro de Acolhimento Nocturno e ficam muito mais tempo, porque não há quartos disponíveis e os pequenos apartamentos que existem têm valores muito elevados. Com o aumento do turismo, muitas das habitações que estavam acessíveis ou os quartos com valores mais baixos foram transformados em alojamento local (...) o que fez disparar o preço das rendas e estas pessoas não têm capacidade de pagar”, elabora o director da APP, sem esconder a frustração.

“Há 23 anos que trabalho cá. No início não havia estes problemas de integração. Para mim e para os meus colegas é, de facto, muito frustrante tentarmos encontrar uma solução para estas pessoas e não haver resposta na comunidade. Elas acabam a ser duplamente prejudicadas pela evolução e desenvolvimento da sociedade, que obviamente são naturais e legítimos”, constata.

Roberto Aguiar realça que falamos, ainda assim, de “situações residuais”, em termos de número, pelo que os interesses do sector do turismo (que representa aproximadamente 29 por cento do PIB regional) acabam por sobrepor-se.

“Sente que o turismo é mais importante do que as pessoas que são de cá?”, pergunta-lhe a jornalista da BBC.

“O turismo traz negócios de restaurantes, pequenos serviços, carros de aluguer e, muitas vezes, a atenção está mais virada para aí do que para estas situações”, aponta Roberto Aguiar.

As entidades regionais não estão de braços cruzados, ressalva. “Há pessoas empenhadas que trabalham nesta área da toxicod dependência e dos tratamentos, só que o sistema é demasiado burocrático”, contrapõe.

Seria, talvez, mais adequado dizer-se que não há mãos a medir no combate a estas novas substâncias que parecem multiplicar-se como cogumelos.

“A droga chega cá à Região pelo correio, por encomendas da Internet e a lei até lhes permite que consigam andar a vender pequenas quantias (...). Nós trabalhamos e colaboramos com muitas instituições, como a PSP e também fazemos encaminhamentos para as casas de saúde, para que [os toxicodependentes] possam fazer tratamento. O problema é que, quando saem, o pós-alta fica complicado, porque regressam ao mesmo meio e voltam a consumir”, ilustra o director da ‘sopa do Cardoso’. E insiste: “É necessário criar alguma instituição, algum espaço que trate esta problemática. Se não for tratada, vai crescer e vai tornar-se cada vez mais complicada”, alerta.

“SE ALEGAR QUE É PARA CONSUMO PESSOAL, VOU PARA CASA E NÃO ME ACONTECE NADA”

■ A nova lei da droga em Portugal (Lei n.º 55/2023), que entrou em vigor em Outubro de 2023, distingue entre consumo e tráfico. Esta distinção baseia-se principalmente na quantidade de droga detida ou transportada pelo indivíduo. O consumo pessoal é tipicamente enquadrado em até 10 doses diárias da substância, estando a quantidade de cada dose definida numa tabela em função do tipo de droga). Se antes a posse de droga para mais de 10 dias de consumo, medida pela tabela, era sempre considerado crime. Agora, é indício de tráfico. Ou seja, quando não há outras provas da prática de tráfí-



co, o arguido pode alegar que esta se destina a consumo.

“Imagine que eu vou a Lisboa e compro mil gramas de cocaína, porque custa metade do preço a que é vendida na Madeira. Chego cá e a polícia apanha-me. Se eu for a tribunal e alegar que é para consumo pessoal, vou para casa e não me acontece nada”, evidencia o director da Unidade de Comportamentos Aditivos e Dependências (UCAD) da Madeira.

“Isto é muito perigoso, porque esta lei quase que legaliza os traficantes e penaliza os consumidores. Isso não é bom”, reforça Nelson Carvalho. Ainda que o consumo não seja con-

siderado crime, há consequências. Dependendo da situação e reincidência, as sanções podem incluir encaminhamento para tratamento ou aconselhamento e multas. Mas, o responsável, a maior parte dos consumidores não chega a pagá-las. A isto acrescem novos desafios no trabalho de prevenção desenvolvido pela UCAD. “Para o nosso trabalho de prevenção é pior, porque as pessoas deixam de acreditar que estas substâncias são perigosas. É mais difícil de sensibilizar os jovens, porque estas drogas são legais e podem ter determinadas quantidades e nada lhes acontece”, insiste Nelson Carvalho.